

Relatório da Lei de Acesso à Informação

2017



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
CONTROLADORIA GERAL

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM	Autarquia Hospitalar Municipal
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CGM	Controladoria Geral do Município
CMAI	Comissão Municipal de Acesso à Informação
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
EMASP	Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FTMSP	Fundação Theatro Municipal de São Paulo
HSPM	Hospital do Servidor Público Municipal
IPREM	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
LAI	Lei de Acesso à Informação
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
PGM	Procuradoria Geral do Município
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PMTDA	Política Municipal de Transparência e Dados Abertos
PRODAM	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
R.O.	Recurso de Ofício
REDE INFO ABERTA	Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SERS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SF	Secretaria Municipal da Fazenda

SFMSP	Serviço Funerário
SGM	Secretaria do Governo Municipal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDP	Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMG	Secretaria Municipal de Gestão
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMJ	Secretaria Municipal de Justiça
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMPR	Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais
SMRI	Secretaria Municipal de Relações Internacionais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSO	Secretaria Municipal de Serviços e Obras
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SMTE	Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SPDA	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
SPSEC	Companhia Paulistana de Securitização
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
VCGE	Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

SUMÁRIO

Introdução	4
1. Capacitações e debates realizados	5
I. Atividades internas de formação	6
II. Atividades envolvendo Público Interno e Externo	8
III. Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto	9
IV. Jogo dos LAIkes	11
2. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto	12
3. Política Municipal de Transparência e Dados Abertos	14
4. Transparência Ativa	15
I. Acessos ao Portal da Transparência	15
II. Acessos ao Portal de Dados Abertos	15
III. Pedidos Respondidos: divulgação das respostas de pedidos de acesso à informação	16
5. Informações Classificadas e Desclassificadas	17
6. Estatísticas gerais do e-SIC	20
I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC	22
II. Pedidos por Órgão em 2017	23
III. Pedidos por Órgão a cada mês	26
IV. Encaminhamentos	29
V. Recursos de ofício	29
7. Classificação Temática dos Pedidos de Acesso à Informação	32
8. Perfil de usuários do e-SIC	35
I. Localização geográfica de solicitantes	35
II. Quantidade de pedidos por personalidade jurídica de solicitantes	37
III. Quantidade de pedidos por gênero de solicitantes	37
IV. Quantidade de pedidos por escolaridade de solicitantes	38
V. Ocupação Profissional de solicitantes por pedidos	39
Referências	41
Expediente	42

Introdução

Em cumprimento ao Art. 30 da Lei de Acesso à Informação ([Lei Federal n. 12.527/2011](#)) e ao [Decreto Municipal n. 53.623/2012](#), que a regulamenta no Município de São Paulo, este relatório compila informações gerais e dados estatísticos relacionados ao funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em suas modalidades presencial e eletrônica (e-SIC), entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017.

Seguindo modelo já adotado na última edição, referente ao ano de 2016, este relatório traz as informações referentes ao período completo do exercício de 2017. Uma inovação deste ano é que, além das compilações que normalmente são dispostas, também será possível consultar os dados de origem em um arquivo de planilha em anexo ao relatório.

Entre as ações de promoção da transparência no ano de 2017, constam audiências e consultas públicas, oficinas e cursos sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), Governo Aberto, Controle Social, Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos, eventos Café Hacker, produção de materiais impressos e o Programa Agentes Formadores de Governo Aberto. Tais atividades atingiram tanto municípios quanto servidores públicos municipais.

Um fator relevante de 2017 é o expressivo aumento do número de solicitações de acesso à informação protocoladas junto à Prefeitura de São Paulo, tendo um acréscimo de mais de 50% em relação ao ano anterior – de 5212 solicitações em 2016 para 7860 em 2017 – o que indica uma maior difusão e conhecimento sobre a LAI em âmbito municipal.

Um último ponto de destaque no período é a inclusão, no [Programa de Metas 2017-2020](#), de uma meta diretamente relacionada à transparência pública – a meta 49 – que visa garantir que 100% dos dados publicados pela Prefeitura estejam disponíveis em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade. Uma das linhas de ação dessa meta é a institucionalização da Política Municipal de Transparência e Dados Abertos (PMTDA), de forma a estabelecer diretrizes e estratégias para a abertura de dados e informações governamentais. Além disso, a transparência também consta como parâmetro de avaliação da meta 50 do Programa de Metas 2017-2020, que visa aumentar em 50% o índice de integridade da Prefeitura de São Paulo, ao avaliar tanto as ações de transparência ativa – isto é, a disponibilização de informações independentemente de requerimento – quanto de transparência passiva, quando a informação é disponibilizada mediante solicitação.

1. Capacitações e debates realizados

Entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, a Controladoria Geral do Município (CGM) realizou 45 eventos e atividades de formação, nas quais houve a presença de 1.366 participantes ao todo. Os eventos e formações mantiveram seu objetivo de disseminar a cultura da transparência na Administração Pública e na sociedade, com foco em questões administrativas e tecnológicas relacionadas ao acesso à informação pública. Abaixo, consta a tabela síntese de todas essas ações.

Atividade	Público	Número de Eventos	Número de Presentes
Café Hacker	Servidores e Sociedade Civil	5	74
Capacitação sobre a LAI e o Sistema e-SIC	Servidores	13	266
Curso 'Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos' (EMASP)	Servidores	4	74
Curso 'Transparência e Lei de Acesso à Informação na Prefeitura de São Paulo' (EMASP)	Servidores	4	154
Eventos e Atividades de Governo Aberto	Sociedade Civil	5	350
Oficina 'Controle Social e Participação da Sociedade Civil na Gestão Pública' (EMASP)	Servidores e Sociedade Civil	3	61
Oficina da LAI	Servidores e Sociedade Civil	6	88
Workshop de Governo Aberto	Servidores	5	299
Total		45	1366

Os tópicos seguintes apresentam uma lista desses eventos, acompanhados da data de realização e do número de participantes, categorizados por: **(I)** Atividades Internas de Formação, voltadas para servidores/as municipais; **(II)** Atividades envolvendo Público Interno e Externo, que são encontros e espaços de interlocução entre o poder público e a sociedade civil com vistas à disseminação das práticas de transparência pública; e **(III)** Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto, realizado por meio de edital de contratação de pessoas físicas para ministrarem oficinas ligadas aos eixos de

Governo Aberto. Além disso, um último tópico será dedicado ao (IV) Jogo dos LAIkes, lançado no II Encontro Brasileiro de Governo Aberto, em 29 de novembro de 2017.

I. Atividades internas de formação

No ano de 2017, a CGM promoveu 26 atividades formativas dedicadas exclusivamente a servidores/as municipais da Prefeitura de São Paulo, com um total de 793 participantes. Os cursos tiveram por objetivo capacitar e instrumentalizar as/os participantes nos temas de transparência pública, utilização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), gestão da informação e governo aberto. Seguem abaixo as atividades discriminadas por tipo.

Atividade	Data	Público Presente
Capacitação sobre a LAI e o Sistema e-SIC		
Lei de Acesso à Informação e seu cumprimento na Prefeitura de São Paulo	10-jan-2017	35
Lei de Acesso à Informação e operação do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	17-jan-2017	55
Integração entre transparência pública e comunicação governamental	24-jan-2017	29
Responsabilidades e deveres dos órgãos da PMSP em relação à Lei de Acesso à Informação	31-jan-2017	39
Lei de Acesso à Informação e seu cumprimento na Administração Pública Municipal de São Paulo	04-abr-2017	16
Lei de Acesso à Informação e operação do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	07-abr-2017	16
Lei de Acesso à Informação e operação do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	05-mai-2017	34
Lei de Acesso à Informação e operação do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	15-ago-2017	11
Dados Pessoais e Privacidade	20-set-2017	6
Lei de Acesso à Informação e operação do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	10-out-2017	4
Lei de Acesso à Informação e operação do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	10-out-2017	7
Oficina com agente de Governo Aberto	17-out-2017	5
Balanco anual e análise qualitativa	07-dez-2017	9
Subtotal	13	266

Atividade	Data	Público Presente
Curso 'Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos' (EMASP)		
1º edição, em parceria com a EMASP	30-out-2017	20
2º edição, em parceria com a EMASP	24-nov-2017	19
3º edição, em parceria com a EMASP	01-dez-2017	17
4º edição, em parceria com a EMASP	08-dez-2017	18
Subtotal	4	74

Atividade	Data	Público Presente
Curso 'Transparência e Lei de Acesso à Informação no Município de São Paulo' (EMASP)		
Lei de Acesso à Informação, Transparência Ativa e Passiva, fluxos internos do sistema e-SIC e oficina prática.	07-jul-2017	53
Proteção de dados pessoais e sigilosos, canais de atendimento ao cidadão e botões de Acesso à Informação e Participação Social.	01-set-2017	38
Instrumentos de melhoria da gestão da informação e boas práticas na web.	10-nov-2017	35
Encontro de encerramento: balanço da Transparência Passiva no ano de 2017 e avaliação.	15-dez-2017	28
Subtotal	4	154

Atividade	Data	Público Presente
Workshop de Governo Aberto		
Lançamento oficial da Rede INFO Aberta	18-mai-2017	95
1º Workshop: apresentação dos conceitos de Governo Aberto, iniciativa de Governo Aberto na PMSP e oficina prática para elaboração de projetos	09-jun-2017	79
2º Workshop: Participação e Inovação. Oficina prática para transformação de problemas em soluções	04-ago-2017	59
3º Workshop: Transparência e Integridade. Orientação quanto aos projetos elaborados	06-out-2017	32
4º Workshop: Encerramento e apresentação dos projetos em governo aberto finalizados	01-dez-2017	34
Subtotal	5	299

II. Atividades envolvendo Público Interno e Externo

Em 2017, a Controladoria Geral do Município realizou 19 eventos e atividades de formação voltadas ao público interno e externo, com um total de 573 participantes. Essas atividades consistiram em cinco encontros do Café Hacker, cinco eventos na temática de Governo Aberto, três oficinas sobre Participação e Controle Social da Gestão Pública, além de seis oficinas da LAI. Seguem abaixo as atividades discriminadas por tipo.

Atividade	Data	Público Presente
Café Hacker		
Edição Oficina - Conselho Gestor dos Perímetros de Ação Integrada Cabuçu de Cima 7, 8 e 10	17-nov-2017	13
Dados da Ouvidoria Central de Saúde da SMS	29-nov-2017	12
Edição Oficina - Arquivo Histórico Municipal	05-dez-2017	2
Edição Oficina - Biblioteca Pública Maria Firmina dos Reis	06-dez-2017	23
Produtos da Coordenadoria de Auditoria Geral (AUDI/CGM)	08-dez-2017	24
Subtotal	5	74

Atividade	Data	Público Presente
Eventos e Atividades de Governo Aberto		
Audiência Pública 'Edital 2017 do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto'	11-abr-2017	33
Encontro Aberto com representante da Parceria para Governo Aberto (OGP)	25-abr-2017	32
Escuta Social da Política Municipal de Transparência e Dados Abertos	10-out-2017	30
Encontro Formativo para Agentes Formadores de Governo Aberto	24-ago-2017	20
II Encontro Brasileiro de Governo Aberto	28 e 29-nov-2017	235
Subtotal	5	350

Atividade	Data	Público Presente
Oficina 'Controle Social e Participação da Sociedade Civil na Gestão Pública' (EMASP)		
1ª edição, em parceria com a EMASP	15-fev-2017	24
2ª edição, em parceria com a EMASP	09-mar-2017	16
3ª edição, em parceria com a EMASP	21-mar-2017	21
Subtotal	3	61

Atividade	Data	Público Presente
Oficina da LAI		
Com o Conselho Gestor dos Perímetros de Ação Integrada Cabuçu de Baixo 4 e 5	31-mai-2017	11
Com a Biblioteca Pública Maria Firmina dos Reis, temática em Direitos Humanos	01-ago-2017	26
Com o Conselho Gestor dos Perímetros de Ação Integrada Cabuçu de Cima 7, 8 e 10	18-ago-2017	12
Com o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN) - Butantã	24-out-2017	25
com Jogo dos LAIkes - II Encontro Brasileiro de Governo Aberto	29-nov-2017	12
Com o Arquivo Histórico Municipal	05-dez-2017	2
Subtotal	6	88

III. Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto

Em 2017 ocorreu a segunda edição do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto, que foi coordenada pela São Paulo Aberta, iniciativa da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), em parceria com a Controladoria Geral do Município.

Assim como o edital anterior, o objetivo desta edição foi descentralizar o tema de Governo Aberto e capacitar cidadãs e cidadãos de todo o território da cidade de São Paulo sobre os seguintes temas: **(i)** Transparência e Dados Abertos; **(ii)** Gestão Participativa e Mapeamento Colaborativo; **(iii)** Inovação, Tecnologia Aberta e Colaborativa; e **(iv)** Cultura Digital e Comunicação em Rede. As oficinas aconteceram em dois ciclos formativos de três meses cada, entre agosto e dezembro de 2017. Ao todo, foram realizadas 359 oficinas,

atingindo um público de 5.227 participantes. Desse total, 77 oficinas eram relacionadas ao eixo ‘Transparência e Dados Abertos’, contando com 1.449 participantes. Estas atividades estão relacionadas a seguir.

Nome da oficina	Quantidade de Oficinas	Participantes
Acesso à Informação para Controle Social	6	87
Análise e divulgação jornalística de dados	5	72
Cidadania em movimento: introdução ao acesso de dados e participação	1	14
Compartilhe Transparência	3	71
Construindo a Cultura de Participação e Controle Social da Gestão Pública	3	47
Conto que se conta junto!	12	236
Cultura Transparente	3	38
Educação Fiscal para a Participação Cidadã	7	168
Explorando o Orçamento Público no município de São Paulo	4	46
Jogos Idosos mais participativos	14	412
Jovens em Movimento: Rompendo as Fronteiras da Informação no “País da Imigração”	6	122
Na Trilha da Informação Governamental	7	63
Quero saber: como utilizar a Lei de Acesso à Informação	5	52
Transparência, controle social e participação: teoria e prática	1	21
Total	77	1449

Mais informações sobre essas e outras oficinas do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto constam no relatório do programa, disponível pelo seguinte link: <<http://bit.ly/relatorio-aga2017>>¹.

¹ Acesso em: 28 mai. 2018.

IV. Jogo dos LAIkes

Lançado no âmbito do II Encontro Brasileiro de Governo Aberto no fim de 2017, o Jogo dos LAIkes tem como objetivo trabalhar, de maneira lúdica e participativa, os procedimentos previstos pela Lei de Acesso à Informação para a garantia do direito fundamental à informação pública. O jogo faz uso de noções importantes contidas na lei, tais como transparência ativa e passiva, fluxos e prazos para resposta de pedidos de acesso à informação, além de estimular a navegação nos diversos portais institucionais da Prefeitura de São Paulo em que já é disponibilizada uma série de informações e dados de interesse público.

Um grande trunfo dessa metodologia é simular na prática o funcionamento do fluxo de transparência passiva no Município de São Paulo. Assim, munícipes e servidores intercambiam papéis no jogo, solicitando e/ou respondendo pedidos de acesso à informação pública e, com isso, compreendendo melhor as possibilidades e os desafios postos à implementação da LAI por parte da Administração Pública. O jogo está disponível para downloads por meio do seguinte link: <<http://bit.ly/kit-jogo-laikes>>².

² Acesso em: 28 mai. 2018.

2. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto

A Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto, ou simplesmente Rede INFO Aberta, é uma articulação de servidores dedicada a institucionalizar e disseminar a temática de governo aberto e transparência dentro da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). Construída a partir de um compromisso firmado entre a PMSP e a *Open Government Partnership* (OGP), no âmbito do Plano de Ação em Governo Aberto, ela foi institucionalizada a partir da [Portaria nº 025/SMJ/CGM-G/2017](#), de 29 de maio de 2017.

Esta rede é fruto da ampliação da Rede INFO, criada em 2016 pela Controladoria Geral do Município com o objetivo de capacitar agentes públicos da Prefeitura de São Paulo que lidam com o sistema eletrônico de acesso à informação (e-SIC). Ao longo do período, a Rede INFO Aberta assumiu também a responsabilidade de sensibilizar os agentes públicos para os temas de governo aberto e acesso à informação por meio de atividades formativas e conceder os insumos para que os participantes desenvolvessem projetos em governo aberto.

Em 2017, foram realizadas nove capacitações – quatro encontros do curso “Transparência e Lei de Acesso à Informação no Município de São Paulo”, realizado em parceria com a EMASP, e cinco encontros do workshop de Governo Aberto – destinadas aos membros da rede, com a participação total de 190 agentes públicos. Durante as formações, foi incentivado que as/os participantes construíssem um projeto final pensando em problemas em seu órgão que poderiam ser resolvidos utilizando os princípios de Governo Aberto. No total, doze órgãos desenvolveram projetos, que podem ser vistos na lista a seguir³.

Órgão	Nome do Projeto
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego	Integração dos Sistemas
CGM - Controladoria Geral do Município	Transparência para Todos
PRLA - Prefeitura Regional da Lapa	Árvore de Rua
PRVM - Prefeitura Regional de Vila Mariana	Sistema Integrado de Banco de Dados
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Projeto da SMADS
SMG - Secretaria Municipal de Gestão	SMG Integrada

³ A descrição dos projetos está disponível em: <<http://bit.ly/projetos-redeinfoaberta>>. Acesso em: 28 mai.2018.

Órgão	Nome do Projeto
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	Projeto 156
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	Mapa da Rede de Serviços
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	Portal São Paulo Aberta
SPTTrans - São Paulo Transportes S/A	Incrementação do atendimento da transparência passiva
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Dados Abertos - Plantio
PGM - Procuradoria Geral do Município	deOLHOnoPRECATÓRIO

3. Política Municipal de Transparência e Dados Abertos

Atendendo a uma das linhas de ação da meta 49 do Programa de Metas 2017-2020, no ano de 2017 houve um esforço por institucionalizar a Política Municipal de Transparência e Dados Abertos (PMTDA) do Município de São Paulo. O principal objetivo da PMTDA é avançar em aspectos concernentes à transparência e em processos para abertura de dados públicos, considerando todo o contexto administrativo vivenciado pelos órgãos e entidades da PMSP, além de instituir novos procedimentos e instrumentos de planejamento. Para a institucionalização da mesma, utilizou-se dos seguintes mecanismos de participação:

Atividade	Data/Período	Contribuições Recebidas
Consulta pública (virtual)	17-ago a 06-out-2017	48
Escuta social (presencial)	10-out-2017	61
Consulta direta às instituições públicas municipais via SEI - Sistema Eletrônico de Informações	24-out a 27-nov-2017	92

Na consulta pública virtual, que durou 51 dias, houve a participação de doze contribuidores/as; na escuta social, de trinta participantes, entre especialistas nos temas de transparência e dados abertos – oriundos da academia científica, de organizações da sociedade civil e da Administração Pública Municipal – e representantes da sociedade civil, dezesseis apresentaram contribuições (entre sugestões, recomendações ou críticas ao texto inicial da PMTDA); e a consulta direta às instituições públicas municipais, realizada de forma virtual via SEI, recebeu contribuições de nove órgãos e entidades municipais.

No total, foram recebidas 201 contribuições em relação ao texto inicial proposto como anteprojeto da PMTDA, a serem avaliadas pela equipe técnica da CGM e, caso pertinentes, incorporadas ao seu texto final. Após a consolidação deste texto, o mesmo segue para apreciação do Gabinete e Assessoria Jurídica da CGM e também para reanálise da Secretaria Municipal de Inovação Tecnológica (SMIT) para enfim ser encaminhado para publicação via decreto, prevista para o segundo semestre de 2018.

4. Transparência Ativa

Para cumprir as obrigações legais de transparência pública e oferecer um repositório confiável de dados públicos referentes à Prefeitura de São Paulo, a Divisão de Transparência Ativa da CGM mantém atualizados o Portal da Transparência e o Portal de Dados Abertos. Confira abaixo as estatísticas de uso destes canais.

I. Acessos ao Portal da Transparência

O Portal da Transparência reúne informações sobre as receitas e despesas da Prefeitura de São Paulo, seu cadastro de funcionários, compras e licitações, contratos, doações e informações sobre prefeituras regionais, governo aberto, controle social, entre outras. Ele pode ser acessado pelo link: <<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>>. Abaixo, constam os dados de acesso do Portal.

Ano	Visitantes Únicos	Visitantes Totais	Páginas Visitadas
2016	126.670	190.721	3.579.494
2017	169.109	432.119	4.831.820

Em 2017, houve um crescimento de mais de 33% no número de visitantes únicos em relação ao ano anterior (2016). Comparando com todo o período desde o lançamento do Portal da Transparência, em maio de 2012, esse número sobe para 45%.

II. Acessos ao Portal de Dados Abertos

No ar desde dezembro de 2015, o Portal de Dados Abertos organiza e disponibiliza os dados produzidos pela Administração Municipal. Ele pode ser acessado pelo seguinte link: <<http://dados.prefeitura.sp.gov.br/>>. E abaixo constam os dados de acesso do Portal.

Ano	Visitantes Únicos	Visitantes Totais	Páginas Visitadas
2016	18.308	25.757	320.195
2017	73.742	108.254	1.042.916

Os dados relativos ao Portal de Dados Abertos são ainda mais surpreendentes. Em 2017, houve um crescimento de mais de 300% no número de visitantes únicos em relação ao ano anterior (2016).

III. Pedidos Respondidos: divulgação das respostas de pedidos de acesso à informação

Dando sequência à iniciativa pioneira desenvolvida em 2015, a Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos mantém a atualização trimestral da base de dados “Pedidos Respondidos”, na qual constam todos os pedidos de acesso à informação (não relacionados a informações pessoais dos solicitantes) realizados pelo sistema e-SIC, bem como as suas respectivas respostas dadas pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município.

Para preservar a privacidade de solicitantes e maximizar a transparência, uma equipe de servidores da Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) analisa cada pedido que tramita pelo e-SIC, assim como suas respostas e seus anexos, com a finalidade de proteger o sigilo de eventuais dados pessoais ou de restrição de acesso prevista pela legislação.

A base de dados de pedidos respondidos pode ser acessada por meio do seguinte link: <http://bit.ly/pedidos-respondidos>⁴.

⁴ Acesso em: 28 mai. 2018.

5. Informações Classificadas e Desclassificadas

Conforme o Art. 30 do Decreto Municipal nº 53.623/2012, que regulamenta a LAI no âmbito do Executivo Municipal, são passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Essas informações devem ser classificadas como “reservada”, “secreta” ou “ultrassecreta”, o que define seus prazos máximos de restrição ao acesso em 5, 15 ou 25 anos, respectivamente. O Decreto prevê, ainda, a possibilidade de que informações sejam classificadas quando houver pedido de acesso àquela informação (Art. 77).

Desde a publicação do Decreto Municipal nº 56.519/2015, a classificação das informações, em qualquer grau de sigilo, é competência exclusiva da Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), também por meio de Termo de Classificação. Cabe também à CMAI rever, quando provocada, a classificação de informações ultrassecretas ou secretas – isso deve ocorrer, no máximo, a cada quatro anos. Além disso, a CMAI pode prorrogar, uma única vez e por período determinado, não superior a 25 anos, o prazo de sigilo de informação ultrassecreta, mediante justificativa⁵.

Não houve, entre janeiro e dezembro de 2017, novas solicitações de classificação ou desclassificação de sigilo de informações. Assim, permanece a lista com os quatro termos de classificação já constantes da lista de 2016, a saber:

TERMO N°	01 / SMADS
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Localização de serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes – vítimas de abandono, negligência, violência, exploração ou por decisão judicial de destituição temporária ou permanente do poder familiar
TIPO DE DOCUMENTO	Excel – tabela de serviços conveniados
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	09/05/2014
FUNDAMENTO	Conforme Lei Federal nº12.527 de 18 de Novembro de 2011 - Seção II, Artigo 23º, Inciso VII e Decreto Municipal nº53.623 de 12 de Dezembro de 2012, Capítulo 30, Seção I, Artigo 30º, Inciso IV
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	(Idêntico ao grau de sigilo do documento) Segundo a LEI Nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009 o referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de

⁵ Os termos de classificação podem ser editados a qualquer momento do ano pela CMAI. A atualização é feita na seção “Acesso à Informação” do Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo, disponível em: <<http://bit.ly/informacoes-classificadas-pmsp>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

	proteção e acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, maus tratos, exploração, abandono, e outras situações de risco pessoal, assim a divulgação pública de sua localização poderá colocar em risco de vida seus moradores. Considerando que populações acolhidas nesses serviços precisam ter sua integridade garantida os endereços de localização desses serviços não podem ser divulgados
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Restrito (5 anos)

TERMO N°	02 / SMADS
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	-----
TIPO DE DOCUMENTO	-----
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	09/05/2014
FUNDAMENTO	Conforme Lei Federal nº12.527 de 18 de Novembro de 2011 - Seção II, Artigo 23º, Inciso VII e Decreto Municipal nº53.623 de 12 de Dezembro de 2012, Capítulo 30, Seção I, Artigo 30º, Inciso IV
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	(Idêntico ao grau de sigilo do documento) O referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de vítimas de violência, maus tratos, exploração, abuso, violência física, psicológica ou sexual, entre outras situações de risco pessoal, assim a divulgação pública de sua localização poderá colocar em risco de vida seus moradores. Considerando que populações acolhidas nesses serviços precisam ter sua integridade garantida os endereços de localização desses serviços não podem ser divulgados
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Restrito (5 anos)

TERMO N°	01 / SMPM
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMDHC- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para Mulheres (na data de classificação: SMPM - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres)
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência
TIPO DE DOCUMENTO	Localização de abrigo
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	09/05/2014
FUNDAMENTO	Conforme Lei Federal nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 – Seção II, Artigo 23º, Inciso VII, e Decreto Municipal nº 53.623, de 12 de Dezembro de 2012, Capítulo V, Seção I, Artigo 30º, Inciso IV

RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	O referido serviço, Casa Abrigo Helenira de Souza Rezende, é uma oferta de acolhimento provisório, que oferece proteção e abrigo às mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte, ou ameaça, em razão de violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Desta forma, a divulgação pública da localização da Casa Abrigo Helenira de Souza Rezende poderá colocar suas abrigadas em risco de vida, considerando que as mulheres acolhidas, acompanhadas ou não de seus filhos, precisam ter sua segurança garantida
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassecreto (25 anos)

TERMO N°	02 / SMPM
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMDHC- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para Mulheres (na data de classificação: SMPM - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres)
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência
TIPO DE DOCUMENTO	Localização de abrigo
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	20/04/2016
FUNDAMENTO	Conforme o artigo 35, II, da Lei Federal 11.340/06 (Lei Maria da Penha), o artigo 23, inciso VII, da Lei Federal nº 12.527/11 e o artigo 30, IV, do Decreto Municipal nº 53.623/12
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	Da mesma maneira que a Casa Abrigo Helenira de Souza, cujo sigilo reside no TC nº 001/SMPM, a futura nova Casa Abrigo, ainda não nomeada, comporá a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Esse serviço é uma oferta de acolhimento provisório, que oferece proteção às mulheres, acompanhadas ou não dos seus filhos e filhas, em situação de risco ou ameaça, em razão da violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Desta forma, a divulgação pública de sua localização poderá colocar suas abrigadas em risco de vida, considerando que as mulheres acolhidas, acompanhadas ou não de seus filhos e filhas, necessitando ter sua segurança garantida
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassecreto (25 anos)

6. Estatísticas gerais do e-SIC

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, foram registradas no e-SIC municipal 7860 solicitações de informação, das quais 7364 receberam uma decisão de deferimento. No mesmo período, 883 solicitações foram levadas à primeira instância recursal; 597 foram levadas à análise da Controladoria Geral do Município, em segunda instância recursal; e 78 solicitações passaram para análise da terceira e última instância de recurso, a Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), conforme detalha a tabela abaixo.

Abaixo das solicitações registradas para cada instância, temos o número de decisões deferidas e indeferidas tomadas por cada instância recursal no ano referido. Importante salientar que, em virtude dos prazos regulares de atendimento das solicitações de acesso à informação e também para atendimento de eventuais recursos, o número de solicitações não coincidirá com o de decisões⁶. O detalhamento completo dos dados estatísticos apresentados abaixo pode ser obtido ao consultar a base de dados “Pedidos Respondidos”, disponível em: <<http://bit.ly/pedidos-respondidos>>⁷.

Detalhamento do fluxo anual dos pedidos

Situação	2016	2017
pedidos registrados	5212	7860
decisões iniciais	5122	7364
Atendidos	4439	6551
Indeferidos	683	813
1ª instância: solicitações	493	883
1ª instância: decisões	416	699
Deferidos	282	542
Indeferidos	134	157
2ª instância: solicitações	300	597
2ª instância: decisões	294	512

⁶ São os casos em que as solicitações entram em tramitação em um ano e são atendidas no ano seguinte.

⁷ Acesso em: 28 mai. 2018.

Deferidos	192	397
Indeferidos	102	115
3ª instância: solicitações	65	78
3ª instância: decisões	62	40
Deferidos	29	21
Indeferidos	33	19

Interpretando os dados acima

- **Pedidos registrados** são todos os pedidos registrados no referido ano, desconsiderando eventuais mudanças devido aos encaminhamentos internos via sistema.
- As **decisões iniciais** são todos os pedidos de informação que foram atendidos no referido ano. É importante destacar que, devido ao prazo de atendimento de 20 dias (prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa) e a dinâmica dos encaminhamentos internos via sistema, eventualmente alguns protocolos não são atendidos no seu ano de registro.
- Os **pedidos atendidos** são os pedidos de acesso à informação que foram atendidos pelas Pastas em seus exatos termos.
- Os **pedidos indeferidos** são aqueles recusados pela Pasta e justificados com base legal ao munícipe.
- **1ª Instância: solicitações** são os pedidos de informação que tiveram recurso de 1º instância registrados naquele ano.
- **1ª instância: decisões** são os recursos de 1ª instância que foram analisados e respondidos pelos órgãos no ano em questão.
- Os recursos de **1ª instância deferidos** são os recursos atendidos em seus termos pela Pasta.
- Os recursos de **1ª instância indeferidos** são aqueles negados e justificados com base legal pela Pasta ao munícipe.
- **2ª Instância: solicitações** são os pedidos de informação que tiveram recurso de 2º instância registrados naquele ano.
- **2ª Instância: decisões** são os recursos de 2º Instância que foram analisados pela CGM e, em caso de deferimento, respondidos pelos órgãos naquele ano.
- Os recursos de **2ª instância deferidos** são recursos atendidos pela Pasta de origem após análise da CGM.
- Os recursos de **2ª instância indeferidos** são recursos analisados e negados pela CGM, devidamente justificados com base legal ao munícipe.
- **3ª Instância: solicitações** são os pedidos de informação que tiveram recurso de 3º instância registrados naquele ano.
- **3ª Instância: decisões** são os recurso de 3ª Instância que foram analisados pela Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI) naquele ano e foram respondidos.

- Os recursos de **3ª instância deferidos** são recursos atendidos nos seus termos pela Comissão Municipal de Acesso à Informação.
- Os recursos de **3ª instância indeferidos** são aqueles negados pela Comissão Municipal de Acesso à informação e justificados ao município.

I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC

Seguindo a tendência já verificada nos últimos anos, a evolução do uso do sistema e-SIC para a realização de pedidos de acesso à informação vem aumentando gradativamente. Entre 2014 e 2017 houve um incremento de mais de 225%, passando de 2404 solicitações em 2014 para 7860 em 2017, sendo que só entre 2016 e 2017 registrou-se crescimento de mais de 50% no total de pedidos realizados.

*Detalhamento dos pedidos recebidos por ano*⁸

Ano	Primeiro protocolo do ano	Último protocolo do ano	Total de pedidos	Média mensal
2012	1	295	295	73,8
2013	296	3870	2521	210,1
2014	3871	10257	2404	200,3
2015	10258	14474	4217	351,4
2016	14475	19686	5212	434,3
2017	19687	27546	7860	655

A tabela acima apresenta um resumo dos pedidos efetuados e de seu registro no banco de dados do e-SIC. Na média geral, o Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão recebia aproximadamente 200 pedidos por mês em 2014 e passou para 655 pedidos mensais em 2017.

⁸ Apesar da atribuição do protocolo seguir uma lógica sequencial, testes e eventuais falhas (“gaps”) do sistema acabaram retirando alguns intervalos desta sequência. Decorre dessa razão a diferença entre o intervalo de protocolos em um determinado ano e o total de pedidos registrados no período referido. A lista de protocolos que não possuem pedidos pode ser consultada neste link: <<http://bit.ly/protocolos-esic>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

II. Pedidos por Órgão em 2017

Verifica-se, a seguir, a lista de pedidos recebidos por órgão e qual a proporção desta quantidade em relação aos 7860 de pedidos recebidos no ano.

Órgão	Total de pedidos	% do total de pedidos
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	738	9,39%
SME - Secretaria Municipal de Educação	649	8,26%
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego	553	7,04%
SP TRANS - São Paulo Transportes S/A	427	5,43%
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	382	4,86%
SF - Secretaria Municipal da Fazenda	346	4,40%
SMG - Secretaria Municipal de Gestão	296	3,77%
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	231	2,94%
SMPR - Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	230	2,93%
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	189	2,40%
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	167	2,12%
SMC - Secretaria Municipal de Cultura	162	2,06%
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	159	2,02%
CGM - Controladoria Geral do Município	158	2,01%
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	144	1,83%
SGM - Secretaria do Governo Municipal	139	1,77%
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	130	1,65%
Prodam - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo	129	1,64%
Prefeitura Regional da Sé	123	1,56%
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	119	1,51%
SMSO - Secretaria Municipal de Serviços e Obras	105	1,34%

Órgão	Total de pedidos	% do total de pedidos
AHM - Autarquia Hospitalar Municipal	102	1,30%
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação	98	1,25%
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	98	1,25%
PGM - Procuradoria Geral do Município	85	1,08%
Prefeitura Regional da Lapa	78	0,99%
Prefeitura Regional de Pinheiros	73	0,93%
Prefeitura Regional do Butantã	67	0,85%
SERS - Secretaria Especial de Relações Sociais (antiga Secretaria Especial de Relações Governamentais)	66	0,84%
Prefeitura Regional de Vila Mariana	65	0,83%
SECOM - Secretaria Especial de Comunicação	65	0,83%
Prefeitura Regional de Campo Limpo	61	0,78%
SFMSP - Serviço Funerário	60	0,76%
Prefeitura Regional da Mooca	58	0,74%
SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	56	0,71%
SP TURIS - São Paulo Turismo S/A	55	0,70%
Prefeitura Regional da Penha	54	0,69%
Prefeitura Regional de Casa Verde/Cachoeirinha	52	0,66%
Prefeitura Regional de Santo Amaro	52	0,66%
SP OBRAS - São Paulo Obras	47	0,60%
Prefeitura Regional de Santana/Tucuruvi	45	0,57%
Prefeitura Regional de Cidade Tiradentes	43	0,55%
Prefeitura Regional de Itaquera	43	0,55%
Prefeitura Regional de Vila Prudente	42	0,53%
Prefeitura Regional de Freguesia / Brasilândia	41	0,52%

Órgão	Total de pedidos	% do total de pedidos
SP URBANISMO - São Paulo Urbanismo	40	0,51%
SMTE - Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo	39	0,50%
Prefeitura Regional de São Miguel Paulista	38	0,48%
Prefeitura Regional de Aricanduva/Formosa/Carrão	37	0,47%
Prefeitura Regional de Pirituba/Jaraguá	36	0,46%
Prefeitura Regional do Ipiranga	35	0,45%
Prefeitura Regional de Capela do Socorro	34	0,43%
Prefeitura Regional de Cidade Ademar	33	0,42%
Prefeitura Regional de São Mateus	33	0,42%
SMDP - Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias	33	0,42%
Prefeitura Regional do Jabaquara	32	0,41%
Prefeitura Regional de Sapopemba	31	0,39%
Prefeitura Regional de Guaianases	29	0,37%
Prefeitura Regional de Jaçanã/Tremembé	29	0,37%
IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	27	0,34%
Prefeitura Regional de Itaim Paulista	25	0,32%
Prefeitura Regional de M' Boi Mirim	25	0,32%
Prefeitura Regional de Ermelino Matarazzo	24	0,31%
Prefeitura Regional de Perus	23	0,29%
Prefeitura Regional de Parelheiros	21	0,27%
Prefeitura Regional de Vila Maria/Vila Guilherme	21	0,27%
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	21	0,27%
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	21	0,27%
SMJ - Secretaria Municipal de Justiça	19	0,24%

Órgão	Total de pedidos	% do total de pedidos
HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	14	0,18%
SP PARCERIAS - São Paulo Parcerias S/A (antiga SP NEGÓCIOS)	14	0,18%
FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	11	0,14%
Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	10	0,13%
Gabinete Vice-Prefeito	7	0,09%
Casa Civil	6	0,08%
SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	5	0,06%
SPSEC - Companhia Paulistana de Securitização	5	0,06%
Total	7860	100%

III. Pedidos por Órgão a cada mês

Para conferir a evolução do número de pedidos de acesso à informação enviados a cada órgão da Administração Municipal, consulte a lista a seguir. Assim como a tabela anterior, ela está ordenada a partir do maior número de pedidos recebidos. Para efeitos de disponibilização da informação, optou-se por indicar apenas a sigla de cada órgão, ou seu nome reduzido.

A contagem dos pedidos por órgão não contempla posteriores encaminhamentos de pedidos entre os órgãos. Caso tenha dificuldades para reconhecer o órgão de seu interesse, a tabela anterior traz o nome completo de cada um acompanhado de sua sigla de referência.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	%
SMS	23	47	57	60	119	93	82	41	64	30	82	40	9,39%
SME	85	29	75	52	72	79	31	46	55	47	48	30	8,26%
CET	34	28	51	27	56	51	77	44	51	44	59	31	7,04%
SPTrans	23	30	55	34	40	35	35	43	43	19	43	27	5,43%
SMT	15	15	18	17	31	27	41	49	41	43	44	41	4,86%
SF	16	22	32	20	33	21	24	41	30	40	38	29	4,40%
SMG	25	13	32	23	19	23	21	21	15	20	58	26	3,77%
SMADS	11	2	10	5	17	14	12	18	48	10	28	56	2,94%

SMPR	26	17	12	13	21	17	27	17	22	15	24	19	2,93%
AMLURB	14	4	3	11	9	5	19	32	9	13	38	32	2,40%
SVMA	6	14	13	11	19	17	16	20	11	19	13	8	2,12%
SMC	11	10	14	10	20	17	25	8	12	23	10	2	2,06%
SMUL	8	9	4	27	20	17	18	10	20	8	9	9	2,02%
CGM	6	7	24	12	20	14	3	13	14	4	27	14	2,01%
SMIT	6	3	8	4	10	14	17	34	9	6	9	24	1,83%
SGM	4	5	6	4	4	22	5	14	3	15	53	4	1,77%
SMH	8	9	9	4	7	20	14	11	6	9	30	3	1,65%
Prodam	1	4	5	3	4	3	10	74	6	8	7	4	1,64%
Sé	6	5	12	11	4	8	21	11	12	14	11	8	1,56%
SMSU	8	2	14	8	9	4	11	7	16	3	23	14	1,51%
SMSO	3	9	6	9	3	9	9	16	15	9	7	10	1,34%
AHM	5	1	13	1	42	4	6	2	6	4	15	3	1,30%
COHAB	6	4	5	6	7	7	10	12	8	15	12	6	1,25%
SMDHC	3	8	13	6	10	15	10	8	9	3	9	4	1,25%
PGM	5	6	12	1	7	6	6	10	14	10	4	4	1,08%
Lapa	3	4	10	6	5	4	8	7	7	7	8	9	0,99%
Pinheiros	2	2	5	5	6	4	12	6	5	7	13	6	0,93%
Butantã	0	3	8	2	6	7	7	8	7	7	7	5	0,85%
SERS	1	2	2	1	3	2	2	3	1	1	4	44	0,84%
Vila Mariana	0	6	4	6	1	4	4	3	13	9	13	2	0,83%
SECOM	3	1	6	4	8	6	8	3	5	3	11	7	0,83%
Campo Limpo	0	1	27	3	5	8	4	2	3	0	5	3	0,78%
SFMSP	3	0	6	1	2	2	11	6	10	10	7	2	0,76%
Mooca	6	3	5	2	6	6	6	6	5	5	6	2	0,74%
SEME	1	4	6	4	5	4	6	6	5	2	6	7	0,71%
SPTURIS	0	3	10	0	5	3	9	5	1	6	7	6	0,70%
Penha	1	7	4	0	6	7	4	4	5	7	6	3	0,69%
Casa Verde/Cachoeirinha	2	5	7	2	7	2	7	2	7	4	5	2	0,66%
Santo Amaro	1	0	6	0	3	4	8	7	9	3	5	6	0,66%
SP OBRAS	1	2	2	2	7	13	2	8	0	5	4	1	0,60%
Santana/Tucuruvi	0	0	5	2	3	2	7	4	7	3	6	6	0,57%
Cidade Tiradentes	0	0	1	3	1	1	23	2	2	1	5	4	0,55%
Itaquera	0	2	4	4	2	3	5	4	7	3	7	2	0,55%
Vila Prudente	1	2	7	1	1	2	7	6	7	2	3	3	0,53%
Freguesia / Brasilândia	3	1	5	1	1	4	4	5	4	2	6	5	0,52%
SP	0	1	5	6	4	4	11	1	2	3	3	0	0,51%

Casa Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0,08%
SPDA	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	2	0	0,06%
SPSEC	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	2	0	0,06%
	403	373	702	467	767	686	812	775	719	569	961	626	100,00%

IV. Encaminhamentos

O Sistema eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) da Prefeitura de São Paulo permite que os órgãos encaminhem, via sistema, pedidos de acesso à informação que não são de sua competência para o órgão competente. Essa funcionalidade permite que o protocolo registrado seja reaproveitado, quando a informação solicitada é de competência da municipalidade, evitando que a pessoa solicitante tenha que abrir um novo pedido de informação para o órgão correto.

A solicitação de encaminhamento parte do órgão que recebeu a demanda originalmente, de modo que, após a solicitação de encaminhamento, o pedido fica no status “congelado” até que a Controladoria Geral do Município possa confirmar a competência do órgão provocado. Após a confirmação de competência para o atendimento do pedido, a CGM é responsável pelo deferimento do encaminhamento. Caso o órgão provocado negue a competência, a CGM indefere a transferência. Uma vez deferido o encaminhamento, o pedido de acesso à informação passa a ter um novo órgão de tramitação e a data de tramitação que passa a ser contabilizada é a do deferimento.

No ano de 2017, houve 1562 solicitações de encaminhamento de pedidos (pedidos com status “congelado”), tendo sido deferidos 1347 encaminhamentos e indeferidos 214 no ano de 2017, restando um para avaliação no ano seguinte.

V. Recursos de ofício

No e-SIC municipal, os “Recursos de Ofício” (R.O.) consistem em um mecanismo que registra recursos automáticos para pedidos de acesso à informação que não receberam uma resposta dos órgãos e entidades da Prefeitura na fase inicial de sua tramitação ou na fase recursal de 1ª Instância.

Dessa maneira, se uma unidade não responde uma solicitação nos 20 dias regulamentares do prazo inicial, pede a prorrogação do seu prazo de resposta e mesmo assim não atende a solicitação ou, ainda, se deixa de analisar o recurso de 1ª Instância apresentado à sua autoridade máxima, o pedido passa automaticamente para a 2ª Instância, mesmo que o solicitante não registre o recurso.

Na tabela abaixo, estão detalhados todos os 403 pedidos de informação que foram reportados à 2ª Instância automaticamente por Recursos de Ofício em 2017. A tabela apresenta o nome da unidade acionada, a quantidade de R.O.s recebidos e a porcentagem de Recursos de Ofício enviados ao órgão em comparação ao total de Recursos de Ofício registrados na Prefeitura no período.

Órgão	R.O.s em 2017	% do total em 2017
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	50	12,41%
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	49	12,16%
SERS - Secretaria Especial de Relações Sociais	47	11,66%
SFMSP - Serviço Funerário	34	8,44%
Prefeitura Regional de Pinheiros	29	7,20%
Prefeitura Regional da Mooca	25	6,20%
SMPR - Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	21	5,21%
Prefeitura Regional da Lapa	10	2,48%
SGM - Secretaria do Governo Municipal	9	2,23%
Prefeitura Regional do Butantã	7	1,74%
SMSO - Secretaria Municipal de Serviços e Obras	7	1,74%
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	7	1,74%
Órgão	R.O.s em 2017	% do total em 2017
Prefeitura Regional de Parelheiros	6	1,49%
IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	5	1,24%
Prefeitura Regional do Jabaquara	5	1,24%
SF - Secretaria Municipal da Fazenda	5	1,24%
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	5	1,24%
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	5	1,24%

Prefeitura Regional de Capela do Socorro	4	0,99%
Prefeitura Regional de Santana/Tucuruvi	4	0,99%
SME - Secretaria Municipal de Educação	4	0,99%
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	4	0,99%
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	4	0,99%
Prefeitura Regional da Penha	3	0,74%
Prefeitura Regional de Casa Verde/Cachoeirinha	3	0,74%
Prefeitura Regional de Freguesia / Brasilândia	3	0,74%
Prefeitura Regional de Guaianases	3	0,74%
SMG - Secretaria Municipal de Gestão	3	0,74%
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	3	0,74%
PGM - Procuradoria Geral do Município	2	0,50%
Prefeitura Regional de Santo Amaro	2	0,50%
Prefeitura Regional de Vila Prudente	2	0,50%
Prefeitura Regional do Ipiranga	2	0,50%
SECOM - Secretaria Especial de Comunicação	2	0,50%
SMC - Secretaria Municipal de Cultura	2	0,50%
SMJ - Secretaria Municipal de Justiça	2	0,50%
Órgão	R.O.s em 2017	% do total em 2017
SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	2	0,50%
SPSEC - Companhia Paulistana de Securitização	2	0,50%
SPTURIS - São Paulo Turismo S/A	2	0,50%
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação	1	0,25%
Gabinete Vice-Prefeito	1	0,25%
HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	1	0,25%

Prefeitura Regional de Aricanduva/Formosa/Carrão	1	0,25%
Prefeitura Regional de Campo Limpo	1	0,25%
Prefeitura Regional de Cidade Tiradentes	1	0,25%
Prefeitura Regional de Itaim Paulista	1	0,25%
Prefeitura Regional de Itaquera	1	0,25%
Prefeitura Regional de M' Boi Mirim	1	0,25%
Prefeitura Regional de Perus	1	0,25%
Prefeitura Regional de Pirituba/Jaraguá	1	0,25%
Prefeitura Regional de São Mateus	1	0,25%
Prefeitura Regional de São Miguel Paulista	1	0,25%
Prefeitura Regional de Sapopemba	1	0,25%
SMDP - Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias	1	0,25%
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	1	0,25%
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	1	0,25%
SMTE - Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo	1	0,25%
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	1	0,25%
Total	403	100%

7. Classificação Temática dos Pedidos de Acesso à Informação

Em 2017, a Divisão de Transparência Passiva da Controladoria Geral do Município deu início à categorização dos pedidos de acesso à informação registrados no Sistema e-SIC durante o ano. A categorização se dá em três aspectos:

- A. **Tema VCGE** – categorização dos pedidos com base no Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico.
- B. **Subtema** – categorização a partir de subtemas elaborados pela Prefeitura de São Paulo.
- C. **Natureza** – categorização de acordo com a natureza pública ou pessoal da solicitação.

O Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) é um vocabulário controlado destinado a indexar informações (documentos, bases de dados, sites etc.) desenvolvido pelo governo federal. Ele foi projetado com dois objetivos básicos: servir de interface de comunicação com o cidadão e como ferramenta de gestão. Como interface de comunicação com o cidadão, ele deve indexar as informações de governo de uma forma simples e entendível. Como ferramenta de gestão, ele deve servir de instrumento aos gestores para gerenciarem suas informações. Por conta da natureza do VCGE, ele foi usado para classificar o conteúdo da informação solicitada de forma coordenada à classificação federal, já afeita à comunicação tanto com o cidadão quanto a de gestão, possibilitando a classificação aos mesmos moldes da União.

O VCGE é feito para ser consultado pelo público em geral e seu processo de indexação deve atingir os objetivos mais gerais da demanda, o que significa a necessidade do próximo campo na tabela que é o subtema VCGE e que permite aproximar, em níveis administrativos, a demanda do munícipe às atividades desenvolvidas pelo Governo Municipal.

A classificação do Tema do pedido corresponde ao Nível 1 do VCGE, de modo que o Subtema corresponde a uma classificação própria elaborada pela Prefeitura de São Paulo, na qual são apresentados subtemas relevantes à realidade municipal. Em 2017, foi utilizada a Versão 1.0 do VCGE⁹. Abaixo, estão discriminados os dez assuntos (tema e subtema) mais recorrentes nos pedidos de acesso à informação de 2017.

Tema - Subtema (Top 10)	Quantidade	% do total de pedidos
Governo e Política - Funcionalismo	911	11,59%
Economia e Finanças - Administração Financeira	677	8,61%
Governo e Política - Administração Pública	600	7,63%
Fora de Escopo - Solicitação de Serviço	392	4,99%
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Serviços Urbanos	345	4,39%
Governo e Política - Parcerias e Convênios	300	3,82%

⁹ Disponível em: <<http://bit.ly/vcge-v2011>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

Transportes e Trânsito - Sistema de Ônibus Municipais	237	3,02%
Saúde - Atendimentos	233	2,96%
Transportes e Trânsito - Trânsito	232	2,95%
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Planejamento Urbano	224	2,85%

Em relação à classificação de acordo com a natureza das solicitações, observou-se que 91,56% dos pedidos registrados em 2017 eram de natureza pública, enquanto 8,44% eram de natureza pessoal.

Natureza	Quantidade	% do total de pedidos
Pública	7197	91,56%
Pessoal	663	8,44%
Total	7860	100,00%

Ressalta-se que a classificação temática completa, contendo a classificação de todos os 7860 pedidos e o dicionário de variáveis, encontra-se disponível no link: <http://bit.ly/classificacao-tematica-esic>¹⁰.

¹⁰ Acesso em: 28 mai. 2018.

8. Perfil de usuários do e-SIC

Ao se cadastrar no e-SIC, o/a solicitante tem a opção de preencher algumas informações que permitem traçar um perfil de usuários do sistema. A seguir, serão apresentados os aspectos gerais das pessoas que fizeram solicitações de informações à Prefeitura de São Paulo e que também optaram por fornecer essas informações.

Esses dados podem ser consultados em sua íntegra no seguinte link: <http://bit.ly/informacoes-cadastrais-esic>¹¹.

I. Localização geográfica de solicitantes

A localização (CEP) não se configura como dado obrigatório para a realização de pedidos de acesso à informação via e-SIC. No entanto, na tabela a seguir é possível identificar quais são as prefeituras regionais onde há maior concentração de pedidos na cidade de São Paulo.

Em análise preliminar, nota-se que as prefeituras regionais com mais solicitações são: Sé (9,61%), Pinheiros (5,06%), Vila Mariana (4,99%), Penha (2,77%) e Lapa (2,75%). Além disso, quase metade dos solicitantes não informou sua localização (46,18%). Cabe enfatizar, por fim, que tais dados compreendem tanto solicitantes de personalidade física, quanto de personalidade jurídica.

Prefeitura Regional	Total de pedidos	% do total de pedidos
Sé	755	9,61%
Pinheiros	398	5,06%
Vila Mariana	392	4,99%
Penha	218	2,77%
Lapa	216	2,75%
Jabaquara	185	2,35%
Ipiranga	183	2,33%
Prefeitura Regional	Total de pedidos	% do total de

¹¹ Acesso em: 28 mai. 2018.

		pedidos
Butantã	158	2,01%
Campo Limpo	149	1,90%
Santana/Tucuruvi	142	1,81%
São Miguel	129	1,64%
Santo Amaro	127	1,62%
Itaquera	113	1,44%
Casa Verde/Cachoeirinha	102	1,30%
Mooca	101	1,28%
Aricanduva/Formosa/Carrão	94	1,20%
Capela do Socorro	89	1,13%
Vila Prudente	75	0,95%
Pirituba	73	0,93%
Freguesia/Brasilândia	70	0,89%
Jaçanã/Tremembé	59	0,75%
Vila Maria/Vila Guilherme	54	0,69%
São Mateus	52	0,66%
Sapopemba	52	0,66%
M'Boi Mirim	44	0,56%
Guaianases	38	0,48%
Ermelino Matarazzo	36	0,46%
Itaim Paulista	35	0,45%
Cidade Ademar	34	0,43%
Cidade Tiradentes	23	0,29%
Perus	18	0,23%

Prefeitura Regional	Total de pedidos	% do total de pedidos
Parelheiros	16	0,20%
N/R (Não Respondeu)	3630	46,18%
Total	7860	100%

II. Quantidade de pedidos por personalidade jurídica de solicitantes

O cadastro de solicitantes no e-SIC exige a informação da natureza jurídica da pessoa solicitante (física ou jurídica). Do total de pedidos cadastrados em 2017, 5,52% foram cadastrados por pessoas jurídicas e 94,48% por pessoas físicas.

Solicitante	Total de pedidos em 2017	% do total de pedidos em 2017
Pessoa Jurídica	434	5,52%
Pessoa Física	7426	94,48%
Total	7860	100%

A título comparativo, em 2016 houve 5212 pedidos de informação, dos quais 4,41% foram feitos por pessoas jurídicas e 95,59% por pessoas físicas.

III. Quantidade de pedidos por gênero de solicitantes

As pessoas solicitantes não são obrigadas a declarar seu gênero para cadastrar pedidos no e-SIC. Do total de pedidos cadastrados em 2017 por pessoas físicas, 37,73% foram cadastrados por pessoas do sexo feminino, 52,87% por pessoas do sexo masculino e 9,40% deixaram o campo vazio.

Sexo	Total de pedidos em 2017	% do total de pedidos em 2017
Feminino	2802	37,73%
Masculino	3926	52,87%
N/R (Não Respondeu)	698	9,40%
Total	7426	100%

A título comparativo, em 2016 foram realizados 4982 pedidos de acesso à informação por pessoas físicas. Destes, 37,47% foram cadastrados por pessoas do sexo feminino, 53,55% por pessoas do sexo masculino e 8,97% por pessoas que deixaram o campo vazio.

IV. Quantidade de pedidos por escolaridade de solicitantes

É facultado às pessoas físicas que se cadastram no e-SIC informar seu nível de instrução. De forma geral, a maioria das pessoas cadastradas cursa ou concluiu o Ensino Superior (44,16%). Ademais, dentre a maioria, encontram-se as pessoas que cursam ou concluíram uma Pós-graduação (24,01%) e as pessoas que cursam ou concluíram o Ensino Médio (10,22%).

No cruzamento de escolaridade por gênero, percebe-se que há proporcionalmente mais solicitantes do sexo feminino cursando ou concluintes de Pós-graduação (33,65%, contra 21,40% do sexo masculino) e Mestrado (6,78%, contra 5,22% do sexo masculino); e mais solicitantes do sexo masculino cursando ou concluintes do Ensino Médio (14,01%, contra 7,46% do sexo feminino) e Ensino Fundamental (1,83%, contra 1,11% do sexo feminino).

Além disso, cabe ressaltar que quase todas as pessoas que deixaram o campo sexo em branco também não preencheram o campo escolaridade (97,28%).

Escolaridade	Geral	% geral	Masc	% entre masc	Fem	% entre fem	N/R	% entre N/R
Sem instrução formal	10	0,13%	9	0,23%	1	0,04%	0	0,00%
Ensino Fundamental	103	1,39%	72	1,83%	31	1,11%	0	0,00%
Ensino Médio	759	10,22%	550	14,01%	209	7,46%	0	0,00%
Ensino Superior	3279	44,16%	1913	48,73%	1347	48,07%	19	2,72%
Pós-graduação	1783	24,01%	840	21,40%	943	33,65%	0	0,00%
Mestrado	395	5,32%	205	5,22%	190	6,78%	0	0,00%
Doutorado	109	1,47%	71	1,81%	38	1,36%	0	0,00%
N/R (Não respondeu)	988	13,30%	266	6,78%	43	1,53%	679	97,28%
Total	7426	100%	3926	100%	2802	100%	698	100%

A título de comparação, em 2016, a maior parte dos cadastrados cursava ou já havia concluído o Ensino Superior (47%), a Pós-graduação (14,60%) ou o Ensino Médio (14,33%). Os dados completos de 2016 podem ser vistos no relatório de 2016, disponível em: <<http://bit.ly/relatorio-lai-2016>>¹².

V. Ocupação Profissional de solicitantes por pedidos

No tocante à ocupação profissional dos solicitantes, a maior parte dos pedidos foi feita por jornalistas (22,19%), estudantes (8,97%), empregados do setor privado (8,93%) e empresários/empreendedores (6,81%).

Quando se restringe a análise às pessoas do sexo masculino, a ordem se estabelece nas seguintes proporções: jornalistas (23,43%), empregados do setor privado (12,79%), estudante (8,71%) e empresário/empreendedor (8,46%).

Já no recorte entre as pessoas do sexo feminino, as ocupações responsáveis por mais pedidos são: jornalistas (25,84%), estudantes (11,31%), pesquisadoras (7,35%) e servidoras municipais (6,75%).

Ocupação Profissional	Geral	% geral	Masc	% entre masc	Fem	% entre fem	N/R	% entre N/R
Empregado - setor privado	663	8,93%	502	12,79%	161	5,75%	0	0,00%
Jornalista	1648	22,19%	920	23,43%	724	25,84%	4	0,57%
Estudante	666	8,97%	342	8,71%	317	11,31%	7	1,00%
Professor	286	3,85%	158	4,02%	128	4,57%	0	0,00%
Servidor público municipal	380	5,12%	191	4,87%	189	6,75%	0	0,00%
Empresário / Empreendedor	506	6,81%	332	8,46%	174	6,21%	0	0,00%
Pesquisador	353	4,75%	147	3,74%	206	7,35%	0	0,00%
Profis. Liberal / Autônomo	398	5,36%	234	5,96%	164	5,85%	0	0,00%
Servidor público estadual	279	3,76%	133	3,39%	146	5,21%	0	0,00%
Servidor público federal	110	1,48%	76	1,94%	34	1,21%	0	0,00%

¹² Acesso em: 28 mai. 2018.

Ocupação Profissional	Geral	% geral	Masc	% entre masc	Fem	% entre fem	N/R	% entre N/R
Membro de ONG nacional	49	0,66%	21	0,53%	28	1,00%	0	0,00%
Representante de Sindicato	44	0,59%	2	0,05%	42	1,50%	0	0,00%
Membro de partido político	31	0,42%	8	0,20%	23	0,82%	0	0,00%
Membro de ONG internacional	3	0,04%	3	0,08%	0	0,00%	0	0,00%
Outra	812	10,93%	464	11,82%	348	12,42%	0	0,00%
N/R (Não respondeu)	1198	16,13%	393	10,01%	118	4,21%	687	98,42%
Total	7426	100%	3926	100%	2802	100%	698	100%

A título de comparação, em 2016 a maior parte dos pedidos foi feita por empregados do setor privado (11,80%), jornalistas (10,65%), estudantes (9,36%), professores (6,24%) e servidores públicos municipais (6,20%). Os dados completos de 2016 podem ser vistos no relatório da LAI de 2016, disponível em: <<http://bit.ly/relatorio-lai-2016>>¹³.

¹³ Acesso em: 28 mai. 2018.

Referências

Legislação

[Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) – Lei de Acesso à Informação.

[Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013](#) – Cria a Controladoria Geral do Município.

[Decreto Municipal nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012](#) – Regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo.

[Decreto Municipal nº 54.779, de 22 de janeiro de 2014](#) – Promove alterações no Decreto nº 53.623/2013 e cria o Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD).

[Decreto Municipal nº 56.519, de 16 de outubro de 2015](#) – Altera o Decreto nº 53.623, alterando procedimentos para a classificação e desclassificação de informações de caráter sigiloso no município.

[Portaria nº 025/SMJ/CGM-G/2017](#) – Institui o estatuto que regulamenta a Rede INFO Aberta.

Links de acesso

[Base de dados 'Classificação Temática'](#) – Base de dados referente às categorizações dos pedidos de acesso à informação de 2017.

[Base de dados 'Informações Cadastrais'](#) – Base de dados referente às informações cadastrais de solicitantes via sistema e-SIC.

[Base de dados 'Pedidos Respondidos'](#) – Base de dados de todas as solicitações de acesso à informação realizadas à Prefeitura de São Paulo.

[Jogo dos LAIKes](#) – Metodologia criada para difundir os conceitos e procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação.

[Programa Agentes Formadores de Governo Aberto 2017](#) – Relatório de 2017 do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto.

[Projetos Rede INFO Aberta](#) – Apresentações referentes a projetos da Rede INFO Aberta.

[Relatório LAI 2016](#) – Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2016.

[Termos de Classificação - LAI](#) – Termos de classificação vigentes no Município de São Paulo.

Expediente

Controlador-Geral do Município

Gustavo Gonçalves Ungaro

Chefe de Gabinete

Luiz Fernando de Camargo Prudente do Amaral

Ouvidora Geral do Município (OGM)

Maria Lumena Balaben Sampaio

Coordenador de Promoção da Integridade (COPI)

Renato Corte Lopes

Assessoria Técnica (COPI)

Claudio Silva de Freitas
Deolinda Aparecida Parra
Elisandra Patricia Melo
Helidiana Simões de Araújo
Flávio José Vital
Raquel de Souza Ciccone
Thiago Henrique Pereira
Thulio Manoel Costa Oliveira

Audidores Municipais de Controle Interno (COPI)

Eduarda Bueno Ariede
Igor Denisard Dantas Melo

Divisão de Fomento ao Controle Social (COPI)

Thiago Fernando dos Santos Teixeira
Guilherme Yazaki

Divisão de Fortalecimento de Gestão (COPI)

Reginaldo Vieira Guariente
Gabriel Bizarria Cintra

Divisão de Promoção da Ética (COPI)

Jaqueline de Oliveira
Danilo Montingelli

Divisão de Transparência Ativa (COPI)

Juliana Saad de Marchi
Rodrigo Darini Valente

Divisão de Transparência Passiva (OGM)

Amanda Faria Lima

Estagiários/as

Aline de Barros Santos
Denis Gustavo Galvão dos Santos
Gabriela Boechat
Gláucia Bellei Neix
Tomaz Soares Canté